



# SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO AÇORES

## **CORPOS GERENTES DO SPRA PARA 2008/2011**

**(Sessão de tomada de posse)**

A assunção de responsabilidades no movimento sindical é, hoje, mais do que um exercício de cidadania, um acto de coragem, alicerçado em ideais, princípios e valores que vêm na defesa do colectivo a melhor forma de assegurar os direitos e o respeito pela liberdade individual.

Num mundo comandado por interesses económicos e financeiros, onde as relações de trabalho estão a desumanizar-se, dado que a produtividade e o lucro são os únicos objectivos que contam num processo de interacção laboral, tendencialmente de rosto único, o do trabalhador, porque, numa economia globalizada, o do empregador, em muitos casos, já não se conhece, o ataque aos Sindicatos e aos sindicalistas é já um propósito assumido, tanto no sector privado como no sector público, apesar de vivermos num regime cuja Constituição ainda consagra o movimento sindical como estruturante da própria Democracia.

As perseguições, os despedimentos, as penalizações, as restrições em matéria de créditos sindicais, os condicionalismos, de vária ordem, impostos à organização e funcionamento dos Sindicatos, assumem-se com o maior despudor e, muitas vezes, com total impunidade, em nome do interesse público. Não raro, fomenta-se a criação de movimentos de opinião anti-sindicalistas e anti-sindicatos, como sendo organizações meramente cooperativistas, que põem em causa o interesse colectivo, que dificultam o crescimento económico, só porque se opõem ao trabalho precário, à desregulamentação e à contratação individual do trabalho, aos falsos recibos verdes, à diminuição da protecção social, aos despedimentos sem justa causa, enfim, tudo isto entendido como sendo uma ingerência, uma limitação, e até um atentado aos direitos individuais dos cidadãos.

Quem abraça a actividade sindical, porque acredita na construção de uma sociedade inspirada nos princípios da liberdade, da igualdade e da fraternidade, tem de estar preparado para lutar contra esta corrente retórica e demagógica, plena de intenção e objectividade nos seus propósitos, comumente assumida como uma inevitabilidade dos tempos modernos. Todos sabemos que não há liberdade individual quando não temos opção de escolha e, sobretudo, quando o desequilíbrio na relação de forças é total, dado o crescente desfasamento entre a oferta e a procura e a forte competição em economias desreguladas e de baixa protecção social.

A actividade sindical, ao exercer-se em condições cada vez mais adversas, requer da parte de quem a desempenha convicções fortes, espírito de missão, disponibilidade e entrega do seu tempo pessoal às causas colectivas, nem sempre merecendo o devido reconhecimento do seu trabalho e da sua dedicação. Porém, a virtude mais nobre de qualquer sindicalista reside na sua capacidade de persuasão e no acreditar que é possível, vencendo a intemporalidade,

construir uma sociedade que, sobrevoando a utopia da igualdade, possa, ao menos, perseguir o caminho da justiça e da felicidade.

Os elementos da lista submetida a sufrágio eleitoral, no passado dia 20 de Maio, ao disponibilizarem-se para integrar os Corpos Gerentes do Sindicato dos Professores da Região Açores, para o triénio 2008/2011, fizeram-no, estou certo, cientes da responsabilidade que, a partir de hoje, irão assumir perante os Educadores e Professores que desempenham funções na Região Autónoma dos Açores e perante os demais trabalhadores deste país, dados os compromissos de integração e participação na federação e confederação sindical nacional – FENPROF e CGTP-IN-.

Com o lema “Transformar a Escola e Reorganizar a Profissão”, que encabeçou o Manifesto Eleitoral apresentado aos sócios do SPRA, pelos candidatos da lista A, que mereceram maioritariamente a sua confiança, com votações significativas, por sinal, das mais expressivas que ocorreram em actos eleitorais do género no país, pretendeu-se dar um sinal da inquietude em que vive a classe docente. As políticas educativas são, cada vez mais, construídas sem o envolvimento e a participação dos agentes educativos e das comunidades, desprezando uma cultura de avaliação que se exige a tudo e a todos, menos aos decisores políticos, que, certamente, por imperativos de tempo e ousadia de inovação, raramente avaliam os efeitos das decisões e orientações dos seus antecessores, fazendo com que o país viva numa roda livre de experimentalismos, cada vez menos fundamentados, resultantes da desarticulação de políticas entre sucessivos governos, como se tudo, inevitavelmente, tivesse de ser questionado e alterado, provocando uma instabilidade permanente, geradora de descrédito e de falta de confiança, perante as indefinições, contradições e ambiguidades a que estamos vulgarmente sujeitos.

Este crescente distanciamento dos decisores, nas diversas instâncias governamentais, em nada contribui para o sucesso das suas políticas e muito menos para o fortalecimento da democracia representativa. O diálogo e a negociação são hoje entendidos como meros actos formais, resultantes de imperativos legais, e não como oportunidades de conhecimento da realidade social e de enriquecimento de um pensamento, plural, que dê substância e fundamento às decisões, cada vez menos compreendidas e pior sucedidas, quando tomadas e impostas à margem daqueles que lhes dão aplicação e sustentabilidade.

Compete aos Sindicatos e aos sindicalistas lutarem pelo reconhecimento político da sua legitimidade e representatividade, desenvolvendo um trabalho marcadamente reivindicativo, não apenas de contestação, de protesto e de denúncia, mas também de proposição e de envolvimento na busca dos consensos necessários para que se respeitem os legítimos interesses das partes, na defesa do direito ao trabalho e de um trabalho com direitos, que permita ao ser humano viver com dignidade, mas também com a preocupação de que esse trabalho seja útil e reconhecido pela comunidade. Muito do descontentamento que transparece ao nível da classe docente reside, precisamente, no facto de grande parte das suas energias estarem a ser desviadas do essencial, com claro prejuízo para os alunos e para a sociedade.

O Sindicato dos Professores da Região Açores, porque está convicto de que a aposta nos recursos humanos, na formação e na qualificação das pessoas que vivem nesta Região é a única que possibilita o seu desenvolvimento sustentado, considera que é necessário reforçar o investimento na Educação, acompanhado com políticas de intervenção social mais articuladas, no plano da saúde, da segurança social, da educação, da família, do emprego e da cultura, que assegurem uma maior interacção entre as escolas e as famílias, sob pena de a

falta de convergência de esforços pôr em causa os resultados esperados, por mais iniciativas, projectos e acções que se desenvolvam isoladamente.

Por isso, o SPRA e a sua actual Direcção reclamam:

Uma Escola que acompanhe a evolução dos tempos: arquitectonicamente atractiva, segura, funcional, bem equipada e tecnologicamente apetrechada, geograficamente bem localizada e bem dimensionada, para que se torne gerível no plano da educação e da instrução, e não apenas no âmbito burocrático/administrativo;

Uma Escola que responda às necessidades sócio-profissionais das famílias, mas que seja, simultaneamente, uma oportunidade para os alunos, de modo a que a concepção de escola a tempo inteiro não seja um projecto à medida dos pais ou do sistema, marcadamente escolarizante, mas dos alunos, no respeito pelo direito de ser criança, dando tempo e espaço à função lúdico/recreativa;

Uma Escola que reforce a dimensão humanista e personalista e não se restrinja à perspectiva funcionalista, de adestramento para o mercado de trabalho;

Uma Escola mais responsabilizante, não apenas dos profissionais de educação, mas também dos alunos, dos pais e da sociedade em geral;

Uma Escola menos permissiva e tolerante perante a indisciplina e a violência escolar, perante o desrespeito pelos outros e pelos valores sociais;

Uma Escola mais próxima da comunidade, mais mobilizadora e interventiva;

Uma Escola com agentes educativos mais diversificados: animadores sócio-culturais, psicólogos, assistentes sociais, animadores de tempos livres, etc;

Uma Escola que possibilite respostas integradores, procurando corrigir as assimetrias no acesso ao conhecimento e à cultura, evitando a estigmatização;

Uma Escola, dotada de recursos humanos, que possibilite o crescimento individual, sem fomentar o individualismo, e que combata a indiferença, o conformismo e a alienação;

Uma Escola que promova a autonomia e a consciência crítica, esteios da liberdade e da democracia;

Uma Escola que prestigie a função e a imagem da instituição escolar, na senda do desenvolvimento, do conhecimento e do progresso.

Nesta escola que se deseja transformada e renovada exige-se, simultaneamente, que seja repensado o papel e a função dos profissionais que nela trabalham, nomeadamente dos Professores e Educadores, que se assumem, cada vez mais, como mediadores do conhecimento, numa escola que tem de interagir com a sociedade para responder a problemas sociais cada vez mais complexos e diversificados, exigindo um trabalho em complementaridade com outros profissionais.

Há que repensar o conteúdo funcional da profissão, para que esta se reorganize em torno do que é essencial. Não se pode continuar a exigir tudo à escola, ou que esta corresponsabilize os seus profissionais pelas omissões da sociedade ou pelas demissões das famílias ou dos

cidadãos enquanto membros de uma colectividade. Os docentes, respeitadores do princípio de que a educação pré-escolar e escolar é complementar da acção educativa da família, que requer, igualmente, condições de “educabilidade”, não enjeitam as suas responsabilidades, somente reclamam a criação das condições necessárias para que possam cumprir a sua função social, exigindo o tempo necessário à actualização de conhecimentos, à reflexão e ao trabalho de equipa. Há que acabar com a rigidez de horários, de modo a criar espaços e tempos de trabalho comuns, que não podem continuar a ser retirados do tempo individual dos docentes, com continuados sacrifícios para a sua vida pessoal e familiar.

Felizmente, alguns órgãos executivos das escolas estão já a reconhecer que o que se está a exigir aos docentes, em termos de horários de trabalho, não é sustentável, nem compatível com um ensino de qualidade, dada a teia burocrática em que estão envolvidos e a obsessão por modelos de avaliação, internos e externos, que privilegiam a forma em detrimento do conteúdo.

O Sindicato dos Professores da Região Açores, através da sua actual Direcção, tudo fará para que os docentes reconquistem a autonomia profissional, que lhes devolva o estatuto de Professores e Educadores, porque as crianças e jovens da sociedade açoriana precisam não apenas de escolas a tempo inteiro, mas de professores mentalmente disponíveis para os acompanhar no seu processo educativo.

Armando Dutra  
Presidente do SPRA

Ponta Delgada, 3 de Junho de 2008